



DESTERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO QUILOMBOLA: AS MODIFICAÇÕES DAS PRÁTICAS CAMPELINAS NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

Henrique Pinto Ribeiro
Jhennifer Rodrigues
Souza² Alcione Santos de
Souza³ Almir de Sena
Trindade⁴

RESUMO

Esta pesquisa advém do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (2025/2026), vinculada ao projeto “Educação Quilombola nas Escolas: Diversidade e Interdisciplinaridade na Amazônia”. O trabalho tem como objetivo geral investigar os processos de desterritorialização e as modificações das práticas campestinas na comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento, situada no estado do Pará, especificamente no município de Igarapé-Açu; por sua vez, entre os objetivos específicos, destacam-se: descrever as práticas desenvolvidas na comunidade, os saberes tradicionais e o manejo de recursos naturais; e compreender os processos de desterritorialização e pressões externas na comunidade Nossa Senhora do Livramento. A pesquisa parte da compreensão de que, a despeito das pressões externas que ameaçam o território tradicional quilombola, a comunidade mantém vivas práticas camponesas que reforçam sua identidade e resistência cultural. A metodologia utilizada consiste em uma abordagem qualitativa e exploratória, sendo, ainda, empregadas técnicas como observação direta em campo, entrevistas semiestruturadas com moradores e registros fotográficos. Os resultados indicam que práticas como o cultivo de subsistência, o uso tradicional da terra, a oralidade e os saberes ancestrais não seguem como elementos centrais da vida comunitária, mesmo sendo um território de grande simbologia. Em vista disso, conclui-se que a permanência das práticas campestinas revela estratégias de resistência e adaptação que reafirmam a identidade quilombola frente às modificações no modo de trabalho. Somada à invisibilidade política dentro da comunidade, essa realidade contribui para o enfraquecimento dessas práticas. A pesquisa reforça a importância de políticas públicas específicas voltadas à promoção de costumes tradicionais e ao fortalecimento da comunidade quilombola.

conservação da biodiversidade. Para atingir o resultado houve etapas, na qual a primeira etapa foi leitura de materiais e ideias de autores que discutem a Educação Ambiental, a segunda etapa foi a parte teórica dentro da sala de aula apresentando conceitos e mecanismos de sustentabilidade, a terceira etapa foi a parte prática fazendo um trabalho de campo com os alunos em diferentes pontos do município de Igarapé-Açu e a última etapa a vinculação das informações para se obter um resultado.

¹ Graduando do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Pará – UEPA, henryribeiro20@gmail.com;

² Graduada do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Pará – UEPA, rodriguesjhennifer022@gmail.com;

³ Doutora do Curso de Geografia Universidade Estadual – UEPA – alcione.souza@gmail.com;

⁴ Graduado pelo Curso de História da Universidade Federal do Pará- UFPA, almor-igc@hotmail.com;





Partindo para as bases teóricas será discutido a história da Educação Ambiental e sua importância através de um subprojeto, como também a sua importância na educação básica e por fim as contribuições do Pibid na formação social e docente. Após aplicação da metodologia obteve como resultado um corpo escolar mais consciente e sensibilizado com a natureza, aderindo a Educação Ambiental em seu cotidiano

Palavras-chave: Quilombola; Território; Práticas Campesinas; Comunidade.

INTRODUÇÃO

A resistência social e cultural das comunidades tradicionais na Amazônia, particularmente, a dos quilombolas, tem sido um campo de intensa investigação nas últimas décadas, refletindo sua centralidade na luta pela efetivação de direitos e na preservação de saberes ancestrais. No contexto amazônico, essa luta ganha contornos específicos, pois se entrelaça com a dinâmica de pressões ambientais, econômicas e fundiárias que ameaçam a integridade de seus territórios e reforçam a perda de identidade. É nesse cenário que a presente pesquisa se insere com o objetivo de investigar os processos de desterritorialização e as modificações das práticas campesinas na comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento, situada em Igarapé-Açu (PA).

Este estudo parte do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) (2025/2026), sob o projeto “Educação Quilombola nas Escolas: Diversidade Interdisciplinaridade na Amazônia”, cuja premissa assevera que o território é um espaço físico e um construto simbólico e social, em que se manifestam a identidade e a resistência de um povo. A análise se concentra na forma por meio da qual as pressões externas, como a expansão de monoculturas e a falta de políticas públicas efetivas, impactam a autonomia territorial e as práticas de subsistência, mesmo em um local de profunda simbologia.

Por sua vez, os objetivos específicos do trabalho tratam de compreender as dinâmicas de desterritorialização e de descrever a permanência dos saberes tradicionais e do manejo de recursos naturais que atuam como vetores de afirmação identitária.

A metodologia de abordagem qualitativa, baseada em observação direta, entrevistas semiestruturadas com moradores e registros fotográficos, permite uma análise aprofundada da realidade local. As evidências empíricas indicam que práticas como a agricultura familiar, a oralidade e o uso ancestral da terra não persistem como elementos centrais da vida comunitária.





Em suma, os resultados revelam que a permanência dessas práticas campesinas não é mera inércia, mas uma estratégia de resistência e adaptação que reitera a identidade quilombola em face das transformações no modo de trabalho e da invisibilidade política. A pesquisa, portanto, contribui para reiterar a importância da implementação de políticas públicas que reconheçam e fortaleçam as especificidades culturais e territoriais dessas comunidades.

METODOLOGIA

O recorte espacial desta pesquisa localiza-se na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, situada na região de integração do Guamá, a aproximadamente 21 km do município sede de Igarapé-Açu (PA). Segundo o Censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), essa comunidade conta com cerca de 303 habitantes. A Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Livramento é atravessada pela PA-

242 e constitui um território reconhecido oficialmente no município de Igarapé-Açu. A comunidade foi certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Mapa da extensão territorial de Igarapé-Açu PA e localização da comunidade





Fonte: Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETUR) (2015).

Para a coleta e análise dos dados, o trabalho foi dividido em três etapas metodológicas, levantamento Bibliográfico, inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura para fundamentar a pesquisa em conceitos teóricos e práticos. Esta etapa incluiu a consulta a livros e artigos científicos que abordam temas relacionados à cultura, história e modo de vida de comunidades quilombolas no Brasil, com foco em suas atividades produtivas e relação com o meio ambiente. A coleta de dados em lócus foi conduzida em duas etapas: a primeira em 24 de março de 2025 e a segunda em 15 de julho de 2025. A primeira visita de campo focou na entrevista com um dos membros da comunidade e no registro fotográfico da área. A segunda e última fase de coleta de dados foi finalizada com um total de 5 entrevistados, que despenham o trabalho da coleta do junco, pesca, agricultura e comerciante local, a escolha dessas pessoas com diferentes funções teve como objetivo um maior panorama das atividades econômicas que foram e são desenvolvidas sobre o território

Os instrumentos técnicos utilizados para a coleta de dados foram: Entrevistas semiestruturadas: As entrevistas foram direcionadas a um público específico da comunidade, incluindo pescadores, colhedores de junco e agricultores familiares, essa abordagem permitiu aprofundar a compreensão das práticas e conhecimentos tradicionais.

Os instrumentos técnicos como, gravador de voz, foi utilizado para registrar as falas dos entrevistados, garantindo um inventário preciso e completo dos depoimentos, paralelo a isso os registros fotográficos, foram realizadas na área onde os moradores residem e trabalham, servindo como documentação visual das atividades e do ambiente da comunidade. Todo o



processo de coleta de dados seguiu os protocolos éticos, e a participação dos entrevistados foi condicionada à sua aprovação formal, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Território, territorialidade, identidade e desterritorialização

A Geografia aborda categorias fundamentais sob diferentes perspectivas teóricas, como paisagem, espaço, lugar, região e território, que servem de base para inúmeros debates e reflexões dentro da área. Na temática proposta por este estudo, o conceito de território fundamenta diversas discussões. O termo origina-se do latim *territorium*, que significa “pedaço de terra apropriado”. Conforme Souza (1995, p. 78), trata-se de “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, uma vez que determinada área envolve a presença de um ou mais atores que exercem algum tipo de intervenção sobre ela. Esse conceito também abrange as relações sociais que se estabelecem no interior do território. Por seu turno, a construção social do território é marcada pela história dos antepassados sobre aquele espaço, que é apropriado por determinado grupo, seja em dimensões econômicas, políticas ou culturais, podendo, contudo, ser transferido ou dominado por grupos socialmente mais forte.

Derivado do conceito de território, surge o termo territorialidade. Segundo Little (2002), territorialidade é a união e o esforço de um grupo para ocupar, usufruir e controlar um espaço físico, identificando-se como um membro daquela porção de terra. Esse conceito está diretamente ligado às comunidades tradicionais que usufruem de determinado espaço para a construção de relações sociais, políticas e econômicas. Já o sentido de territorialidade está ligado às normas e aos valores culturais deixados por indivíduos antecessores, sendo transportável como no caso de agentes que modificam seus territórios e assumem uma nova identidade.

Por se tratar de território, vale enfatizar que ele é um dos principais agentes para a formação de uma identidade, pois, segundo Haesbaert (1999), as identidades dependem de espaço concreto ou simbólico para serem construídas, podendo ser uma característica individual ou coletiva. A construção da identidade inicia-se por intermédio da troca de vivências dos indivíduos, criando





um senso de pertencimento a determinado grupo social, em que a língua, os costumes e os valores sociais são fatores que cooperam nesse processo.

Como exemplo de identidades territoriais têm-se as comunidades quilombola; acerca disso, Haesbaert (1999) evidencia que as identidades das comunidades quilombolas devem ser compreendidas como identidades de resistência. Com isso, os conceitos de território, territorialidade e identidade estão vinculados à dinâmica dessas comunidades.

A ausência da territorialidade pode ocasionar um processo que Haesbaert (2004) denominou de desterritorialização. Para o autor, correspondem a uma perda de referências espaciais e a um procedimento de perda de raízes, em que ocorrem o desaparecimento da simbologia e a consequente desestruturação da identidade constituída através do território.

A ruptura desses espaços construídos historicamente afeta a identidade coletiva e individual mantida pelos agentes dominantes, cujos processos de ruptura são ocasionados quando há uma intervenção externa, sendo o caso dos avanços tecnológicos e a abertura de estradas que trazem uma nova configuração territorial. As modificações voltadas a determinado espaço tendem a modificar o modo de vida de determinado grupo e, conseqüentemente, a transformar a identidade.

2.2 As práticas camponesas no nordeste paraense

A formação do campesinato na Amazônia, por volta do século XVIII, esteve marcada pela forte ligação entre o homem e a natureza. Castro (2006) destaca que o processo de ocupação das terras às margens dos rios originou uma agricultura camponesa na região amazônica. Os rios configuram-se como elementos essenciais para que os povos se estabelecessem em pequenas propriedades rurais e nas proximidades de Belém.

Nesse contexto, o desenvolvimento de engenhos e povoados no nordeste paraense não foi diferente, conforme aponta Macedo (2011), sendo considerado como uma região dividida em três partes: o Salgado, caracterizado pela produção pesqueira; a Bragantina, cuja sede é a cidade de Bragança, que exerce forte influência juntamente à capital, Belém; e a Guajarina, marcada por suas relações territoriais voltadas à agricultura familiar entre diversas vilas e povoados situados ao longo da rodovia Belém-Bragança.





Nesse viés, as práticas estão intrinsecamente ligadas aos saberes provenientes da natureza e à espacialidade do território, pescar, plantar e colher. Esses saberes ganham notoriedade por se manifestarem em um território remanescente quilombola, o que reafirma Macedo Sousa (2011, p. 119): “[...] experiências as relações ligadas à produção de gêneros alimentícios para a sobrevivência, através da roça de mandioca, arroz, milho e plantas comestíveis em geral.”

A princípio, o abastecimento de alimentos provenientes da natureza sempre ocorreu para a subsistência dos moradores da comunidade. Já as trocas se inserem em outro eixo, voltadas ao compartilhamento com os demais moradores, enquanto a produção excedente é comercializada na sede do município.

Essas características sociais, ambientais e econômicas permeiam uma dualidade significativa entre ser quilombola e ser camponês dentro de um mesmo território, o que ratifica Ianni (2009, p. 143): “a comunidade camponesa é o universo social, econômico, político e cultural que expressa e funda o modo de ser do camponês”, visto que suas práticas se interligam ao passado e ao presente. Nesse ínterim, as relações dentro da comunidade possuem fortes vínculos com as ancestralidades, seja na forma como cada remanescente constrói suas relações íntimas e suas rotinas entre o local de moradia e o local de trabalho, a roça. Isso se torna um dos principais simbolismos de elo que consolidam o camponês/quilombola, manifestando-se por meio de festas de santos, da igreja, da escola, do campo de futebol e da sede comunitária, espaços de valorização coletiva dos moradores. Tal dinâmica é intensificada por Macedo Sousa (2011, p. 124), ao afirmar que “as relações de trabalho nas comunidades apresentam-se como uma prática de reprodução social das famílias”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As práticas tradicionais na Comunidade Nossa Senhora do Livramento se estenderam por muito tempo como um lugar de abastecimento de alimentos agrícolas para a sede do município

de Igarapé-Açu. Para Hayden França (2013, p. 2), “a principal atividade econômica do município é a agricultura de base familiar, constituída predominantemente por pequenas



propriedades com cultivos de ciclo curto, tais como arroz, feijão e mandioca”. Outros tipos de manejos como o Junco⁵, produto simbólico da comunidade quilombola, mesmo não sendo uma base da segurança alimentar, exerceu múltiplas funcionalidades no desenvolvimento da comunidade e de renda para os moradores.

Figura 2 – Meio de transporte que utilizava para levar o junco



Figura 3 – Coleta do junco próximo a rodovia Belém-Bragança



Fonte: Acervo dos autores (2025)

As mudanças na paisagem do território estão para além das relações homem e natureza, o que implica as práticas tradicionais de manejo da terra, o que Costa (2008) aponta funcionarem como células territoriais. Nesse viés, as formas de desaparecimento das práticas campestres frente às novas interfaces dos modelos capitalistas vêm sendo intensificadas por meio das mudanças como “a abertura de estradas vicinais complementa a estrutura viária e funcionam como novos eixos de ocupação” (Hayden França, 2013, p. 3), recriando novos modos de vidas para a Comunidade Nossa Senhora do Livramento.

Nos Resultados, deverá constar a esquematização dos dados encontrados, na forma de categorias analíticas e sistematização dos achados empíricos.

Quadro 1 – Perfil dos trabalhadores do campesinato na comunidade quilombola

¹ O junco é uma planta aquática pertencente à família *Juncaceae*, que se destaca por suas hastes longas e finas, frequentemente encontradas em ambientes úmidos, como margens de rios, lagoas e pântanos. Essas plantas são conhecidas por sua capacidade de se adaptar a diferentes condições de solo e água, tornando-se uma escolha popular em projetos de paisagismo e restauração ecológica.





Entrevistados	Sexo	Idade	Função	Tempo de trabalho	Relato
---------------	------	-------	--------	-------------------	--------

Entrevistado 1	Feminino	53 anos	Coletora de junco e comerciante	14 anos	“Antes a gente carregava na cabeça e era a pé, hoje graças a Deus tá melhor, que a gente comprou uma motinha”.
Entrevistado 2	Feminino	45 anos	Comerciante local	9 anos	“Tem gente daqui que não mora aqui, se obriga a sair pra trabalhar em fazendas”.
Entrevistado 3	Feminino	69 anos	Coletora de junco	12 anos	“Nossas casas eram de palha, com paninho na porta. Não tinha condições pra comprar madeira”.
Entrevistado 4	Feminino	77 anos	Coletora de junco e roça	23 anos	“Essa geração não quer trabalhar”.
Entrevistado 5	Masculino	80 anos	Pescador	Trabalha desde os 7 anos. Tem 73 anos pescando (mora na comunidade há 66 anos)	“Diminuiu a quantidade de peixe, devido à rede e mergulho”.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Ao analisar os dados apresentados no Quadro 1, a partir dos relatos dos moradores, observa-se uma significativa transformação no modo de vida da comunidade, o que refletiu diretamente nas formas de organização do trabalho. A melhoria no abastecimento de água, na infraestrutura





das residências e a implementação da energia elétrica promoveram novas dinâmicas socioeconômicas no quilombo. Como reforça a 3ª entrevistada em sua fala:

Agora melhorou muito passou asfalto no meio da estrada.

Figura 4 – PA-242, asfaltada, que interliga a comunidade quilombola aos demais municípios



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Ademais, o aumento dos níveis de escolaridade contribuiu para uma considerável qualificação dos jovens, possibilitando o acesso a novas oportunidades. Entretanto, esse processo também implicou na redução da reprodução e da valorização das práticas camponesas tradicionais historicamente desenvolvidas na comunidade.

A escassez de alternativas de emprego não vinculadas à pesca, à agricultura de base familiar e à coleta de junco tem provocado o deslocamento de diversas famílias em busca de melhores condições de subsistência em outras localidades. Soma-se a isso o impacto ambiental decorrente de práticas como a pesca com redes e arpões, bem como a intensa circulação de lanchas nos rios da região, fatores que alteram a dinâmica do pescado e reduzem a disponibilidade de recursos naturais, contribuindo para o abandono gradual dessas atividades.

Além disso, constata-se uma crescente dificuldade na transmissão dos saberes e práticas tradicionais entre as gerações, o que ameaça a continuidade dos conhecimentos ancestrais.





Nesse contexto, torna-se essencial a atuação efetiva do poder público por meio de políticas e projetos voltados à valorização da cultura e da economia local. Iniciativas como a implantação de hortas comunitárias, destinadas à comercialização de produtos agrícolas, e a oferta de oficinas de capacitação voltadas ao artesanato com junco poderiam favorecer a permanência e o fortalecimento das práticas produtivas tradicionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural quilombola.

Nas entrevistas coletas na comunidade com os cinco moradores, foi direcionado uma pergunta semiaberta que questionava quais mudanças haviam ocorrido dentro da comunidade. As respostas foram unânimes: modificações nas casas, que antes eram feitas de palha e sem portas e, atualmente, são alvenaria, água encanada e, por fim, o asfalto da PA-242 que corta o território quilombola. Em todos os relatos ficam evidentes as mudanças estruturais que ocorrem na comunidade ao longo do tempo.

A análise sobre a comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento, em Igarapé- Açu (PA), evidenciou que, mesmo diante de processos de desterritorialização e das pressões externas impostas por transformações socioeconômicas e políticas, a população local mantém vivas as práticas e os saberes tradicionais herdados de seus ancestrais. Essas práticas, como o cultivo de subsistência, o manejo sustentável dos recursos naturais e a oralidade, constituem-se como expressões concretas da resistência cultural e reafirmação identitária do povo quilombola. Os resultados demonstram que o modo de vida camponês e o pertencimento quilombola coexistem em uma dinâmica marcada por contradições e adaptações. A modernização das estruturas físicas, a chegada de infraestrutura básica e o asfaltamento da PA-242 revelam mudanças significativas no território, mas não anulam o vínculo simbólico e produtivo que os moradores mantêm com a terra e com a coletividade. Tais transformações indicam tanto a necessidade de adaptação às novas condições quanto o esforço em preservar valores comunitários e práticas sociais enraizadas.

Constata-se, portanto, que a permanência das práticas campesinas é também uma forma de resistência política e cultural ante a invisibilidade que ainda marca muitos territórios quilombolas na Amazônia. O estudo reforça a importância de políticas públicas voltadas à valorização da agricultura familiar, da educação quilombola e da proteção dos territórios





tradicionais, garantindo a continuidade dos modos de vida e saberes ancestrais que compõem a diversidade sociocultural amazônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho contribui para o reconhecimento da comunidade Nossa Senhora do Livramento como espaço de memória, resistência e identidade, destacando que compreender seus processos de transformação é inestimável para fortalecer a luta pela terra, pela autonomia e pela preservação das práticas que sustentam o modo de ser camponês e quilombola na Amazônia Paraense. A continuidade das práticas econômicas da comunidade é de suma importância em virtude da economia de subsistência e da conservação das atividades tradicionais que moldaram o território ao decorrer do tempo, assim como a conservação da identidade quilombola dos moradores, fato que destaca o quanto ações de âmbito político são fundamentais para a permanência da comunidade e de suas especificidades

REFERÊNCIAS

COSTA, Wanderley Messias da. Ordenamento Territorial e Amazônia: vinte anos de experiências de Zoneamento Ecológico e Econômico. **Universidade e Meio Ambiente**, [S.l.], v. 1, n. 1, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais**: manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/igarape-acu/panorama>. Acesso em: 15 OUTUBRO 2025.

IANNI, O. A utopia camponesa. In: WELCH, Clifford A. *et al.* (org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: EDUNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da Territorialidade. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2002.

SECRETARIA DE TURISMO (SETUR). Estudos de sinalização e inventários turísticos, 2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de *et al.* **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

